

# O centro do Brasil central

13 NOV 1993

JOSÉ LEME GALVÃO JR.

13 NOV 1993

Um projeto que foi sinal-da-cruz, que é realidade apesar de tudo, que é patrimônio cultural jovem agarrado às paredes do meio do continente, que está sendo descomposto em nome de mal comparadas teorias urbanísticas a serviço de interesses políticos (financeiros), não dá pra ser mais único. Símbolo do sacrifício sagrado ou do urbanismo racionalista, foi o esperado, acalentado e combatido posseiro federal do cerrado.

A Brasília capital, signo civitas da urbanidade brasileira, essa que deixou de caranguejar pelo litoral, que cumpre seu destino de pólo irradiador de desenvolvimento e de nacionalidade, Patrimônio Cultural dos brasileiros e da humanidade, está sufocando sob o peso do crescimento metropolitano, transformada rapidamente de pólo irradiador para pólo de concentração e imigração.

Anteveja um impasse geo político para a Capital Federal, hoje uma conurbação que é, ao mesmo tempo, centro nacional e regional, que busca formular uma cultura cosmopolita e sufoca em políticas e condutas provincianas. Seria apenas uma dualidade comum, não fossem quase dois milhões de habitantes em expectativa de moradia, trabalho, sinecuras, saúde e educação para si e para os filhos, se possível obtidos por favores, bem de acordo com a moral cínica que assola nosso Brasil. O atendimento a essas expectativas pesa demais para o Brasil e para a Brasília-civitas, que vem passando para uma situação de dependência dos recursos federais, quando deveria ser apenas uma cidade-estado gerindo suas atividades fundamentais.

E vejo esse Patrimônio Cultu-

ral dos brasileiros submerso em problemas de tal vulto, que a preservação poderá resultar apenas em intenções, diagnosticada mais adiante como síndrome do discurso, cujas manifestações mais evidentes são a impotência, a frustração e a prostração. O nosso Patrimônio Cultural é referencial físico, concreto, para o exercício da cidadania, entre outras coisas, porque no Plano Piloto a qualidade de vida, naquilo que o ambiente urbano oferece, aproxima-se de padrões considerados ideais ao humanismo corrente desde o final do século passado, travestido entre arquitetos como racionalismo. Pergunte-se a um morador do setor "P", ou da Samambaia, qual é sua expectativa de qualidade de vida em Brasília. Pergunte-se a esse mesmo meio-cidadão onde ele mora e a resposta será Brasília. É signo e realidade referencial porque é aquilo que deseja para si e é pião cêntrico de mundo geográfico e cultural.

O Patrimônio Cultural em Brasília é um direito de toda a cidadania brasileira e não penso que seja justo reduzi-lo em falsos ordenamentos progressistas, recorrentes entre baronatos financeiros e político-administrativos, na verdade provincianos e destinados à promoção e enriquecimento desses simulacros de elite cortesã regional.

A possibilidade de Brasília reafirmar-se como capital e patrimônio dos brasileiros está dependente de sua desamarração desse provincianismo acachapante. O pólo metropolitano regional é uma realidade, não dá pra desfazer, mas a Capital Federal pode ser desconectada desse meio administrativo, como caminho para sua

preservação.

O risco maior dessa reorganização geo política está na interpretação conceitual sobre os sistemas sociais dessa região, a partir de patulheiros sociais, ou superegos da cidadania, que poderão enxergar uma elitização mais acentuada dos que habitarão no Distrito Federal, mas essa forma de apatação não aumenta um centímetro a distância física e funcional entre a capital e seu entorno. O formato administrativo dessa repartição geo política seria bastante simples não fosse a necessidade de equacionar os interesses, tanto na hipótese do Estado de Goiás assumir a área metropolitana, como na possibilidade de criação de um novo Estado da Federação, nesse caso possibilitando a incorporação de outros municípios goianos, mineiros e até baianos.

Na verdade, não será a possibilidade ou o fato de redução stricto sensu do Distrito Federal (Cidade-Estado), que impedirá ou estimulará grandemente os potentados regionais de tentarem circunscrever seus domínios em território bem demarcado e o maior possível. Mas certamente impediria, ainda a tempo, de cometermos os mesmos erros do antigo Distrito Federal carioca.

Em suma, que as questões provincianas regionais possam ser resolvidas à semelhança das demais regiões ou estados, mas que Brasília, Cidade-Estado e Distrito Federal, possa ser o que sempre deveria ter sido, a capital de todos os brasileiros.

■ José Leme Galvão Jr. é arquiteto e ex-coordenador da 14ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

JORNAL DE BRASÍLIA